# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE ENFERMAGEM

RAFAELLA DA SILVA CALEGARI

INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS E OBSTÉTRICAS VIVENCIADAS POR MULHERES NO PRÉ-NATAL

# RAFAELLA DA SILVA CALEGARI

# INTERCORRÊNCIAS CLÍNICAS E OBSTÉTRICAS VIVENCIADAS POR MULHERES NO PRÉ-NATAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helga Geremias Gouveia

PORTO ALEGRE 2015

#### **RESUMO**

Introdução: Toda gestante deve ter acesso a uma assistência pré-natal qualificada e humanizada. Essa assistência tem o objetivo de garantir a saúde materna e do bebê, assim como o diagnóstico oportuno de possíveis intercorrências clínicas e obstétricas neste período. Objetivo: Analisar as intercorrências clínicas e obstétricas vivenciadas pelas mulheres no prénatal. Método: Estudo quantitativo de corte transversal, desenvolvido na Unidade de Internação Obstétrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com 361 puérperas no período de fevereiro a abril de 2013. Os dados de interesse para este estudo foram obtidos junto ao banco de dados do estudo a qual este se deriva. Para análise dos dados foi utilizada estatística descritiva e para a verificação da associação entre as variáveis o Teste de Quiquadrado. Resultados: Das 361 mulheres, 245 mulheres (67,9%) tiveram alguma(s) intercorrência(s) clínica(s) e/ou obstétrica(s) no pré-natal atual e, dessas, 120 (49%) tinham o registro de mais de uma intercorrência na carteira pré-natal. A maioria encontrava-se na faixa etária de 16 e 34 anos de idade (84,5%), tinham mais de oito anos de estudo (54,3%) e renda familiar de dois salários mínimos (40,3%). Sobre o histórico obstétrico, a maioria passou por duas ou mais gestações (62,4%) e aproximadamente metade delas era primípara (51%). A intercorrência mais frequente, de acordo com o registro da carteira de pré-natal, foi a infecção do trato urinário. Houve maior coincidência entre registro na carteira e relatado na mulher nos casos de síndrome hipertensiva, infecção do trato urinário, trabalho de parto prematuro e diabetes gestacional. Não houve associação estatística significativa das intercorrências com o tipo de parto. Conclusões: A caracterização do perfil das mulheres com intercorrências na gestação possibilita o direcionamento e planejamento de ações que possam direcionar medidas de promoção de saúde para esse grupo de mulheres.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Obstetrícia. Cuidado pré-natal.

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	(
2.1	Objetivo geral	(
2.2	Objetivos específicos	(
3	REVISÃO DA LITERATURA	7
3.1	Assistência pré-natal	•
3.2	Intercorrências obstétricas e clínicas.	8
3.2.1	Síndromes hipertensivas da gravidez	8
3.2.2	Trabalho de parto prematuro	9
3.2.3	Anemia	9
3.2.4	Infecção do trato urinário	10
3.2.5	Sífilis	1
3.2.6	HIV	1
3.3	Intercorrências gestacionais x Desfechos	12
4	METODOLOGIA	14
4.1	Tipo de estudo	14
4.2	Campo de estudo	14
4.3	População e amostra	14
4.4	Seleção dos sujeitos	1
4.5	Coleta de dados	15
4.6	Variáveis do estudo	1:
4.7	Análise dos dados	10
4.8	Aspectos éticos	10
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
6	CONCLUSÕES	25
	REFERÊNCIAS	27
	ANEXO A – Instrumento de Coleta de Dados	32
	ANEXO B - Parecer da Comissão de Pesquisa de Enfermagem	52
	ANEXO C - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	5.
	ANEXO D - Termo de Consentimento e Uso de Dados	54
	ANEXO E - Parecer da Comissão de Pesquisa de Enfermagem	5:

# 1 INTRODUÇÃO

Toda mulher que está em período gestacional necessita e deve ter acesso a uma assistência pré-natal adequada e humanizada, que se faz importante tanto para a saúde materna quanto para a saúde do bebê. Para isso, deve-se ter um olhar sobre a totalidade desse processo, compreendendo a promoção e a prevenção da saúde de ambos, o diagnóstico de possíveis intercorrências e o tratamento adequando, quando necessário (BRASIL, 2006).

Define-se gestação de alto risco como "aquela na qual a vida ou saúde da mãe e/ou feto e/ou recém-nascido têm maiores chances de serem atingidos que as da média da população" (ACCIOLY; SAUNDERS; LACERDA, 2005, p. 119). Tanto em gestações de alto risco como de risco habitual pode haver a ocorrência de situações, que denominamos de intercorrências obstétricas, onde há alteração da evolução e do andamento do processo fisiológico gestacional. Muitas vezes, o desfecho desta gestação pode ser influenciado por essa intercorrência (SÃO PAULO, 2010).

Dentre os possíveis desfechos para uma gestação onde há ocorrências durante o período de pré-natal pode-se falar sobre o parto vaginal, a cesariana e também repercussões fisiológicas materno-fetais, como o óbito da mãe e/ou do feto. O desfecho natural de uma gestação de risco habitual é o parto vaginal. Dependendo da gravidade da intercorrência durante a gestação, esta poderá ser um fator de risco que demanda a interrupção prematura da gestação, provocando o aumento do número de cesáreas (NOMURA; ALVEZ; ZUGAIB, 2004).

No Brasil a porcentagem de cesarianas tende a crescer em todas as regiões, representando 43% de todos os partos realizados, tanto em setores públicos como privados. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que a taxa de cesárea seja, no máximo, 15% (IBGE, 2009). Os casos de gestantes com hipertensão, por exemplo, estão acarretando em um aumento na incidência de cesáreas, pois são distúrbios considerados graves durante a gestação (BACKES; SOARES, 2008).

Entre as causas de morte materna, as que prevalecem no Brasil são a hipertensão, a hemorragia e a infecção puerperal. No Rio Grande do Sul, a primeira causa é a hemorragia (BRASIL, 2012).

Segundo a OMS, "mais de meio milhão de mulheres no mundo morrem por causas maternas a cada ano". As mortes maternas e também fetais ocorrem, muitas vezes, por problemas relacionados à prevenção, ou seja, causas que poderiam ter sido evitadas durante as consultas de pré-natal e médicas (BRASIL, 2014a).

Entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que devem ser atingidos por todos os países até o final de 2015, o quinto objetivo propõe a redução da mortalidade materna. Sua meta é reduzir essa mortalidade em três quartos do nível observado no ano de 1990, que foi de 141 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Entre 1990 e 2011, o Brasil já reduziu aproximadamente metade dos óbitos, passou dos 141 referidos para 64 óbitos. Porém, a meta ainda não foi atingida, até o fim do ano de 2015 o país tem de reduzir esse número para 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos (BRASIL, 2014b).

Destaca-se a necessidade de uma assistência obstétrica mais humanizada e um elo mais forte entre as mulheres e o serviço de saúde, pois se observa que em alguns casos o diagnóstico da intercorrência clínica e/ou obstétrica no pré-natal é tardio, e assim, pode culminar em condições materno-fetais desfavoráveis. Essas poderiam ser evitáveis durante o pré-natal por meio de serviços de educação, esclarecimento, e também de locais de referência bem equipados de fácil acesso a essas mulheres (CABRAL et al., 2011) e com acompanhamento adequado que favorece o diagnóstico e tratamento precoce. Por isso, é conveniente que todas as mulheres, mesmo antes de engravidar, tenham acesso aos diversos serviços de saúde e às informações cabíveis para uma boa condução da gestação, através da utilização de meios de comunicação, visitas domiciliares e atividades educativas (BRASIL, 2012c).

Levando em consideração a repercussão das intercorrências para o binômio mãe-bebê, acredita-se ser relevante conhecer as intercorrências clínicas e obstétricas mais frequentes vivenciadas por mulheres durante o período do pré-natal e os desfechos da gestação, pois se acredita que estes dados possam contribuir para o planejamento e implementação de ações que possam direcionar medidas de promoção da saúde para essas mulheres. Além disso, a enfermagem poderá intensificar medidas de educação em saúde e estratégias de prevenção desses acometimentos, norteando a assistência às gestantes atendidas na instituição estudada.

# **2 OBJETIVOS**

# 2.1 Objetivo geral

Analisar as intercorrências clínicas e/ou obstétricas vivenciadas pelas mulheres no prénatal.

# 2.2 Objetivos específicos

- Identificar o perfil sociodemográfico das mulheres que tiveram alguma intercorrência clínica e/ou obstétrica na gestação atual - segundo a carteira de prénatal.
- Identificar as intercorrências clínica e/ou obstétricas descritas na carteira de prénatal e aquelas relatadas pelas mulheres.
- Associar as intecorrências clínica e/ou obstétricas apresentadas na carteira de prénatal com o tipo de parto.

# 3 REVISÃO DA LITERATURA

# 3.1 Assistência pré-natal

Segundo a Portaria nº 1.067/GM de 4 de julho de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, e dá outras providências:

Os estados e municípios, por meio das unidades integrantes de seu sistema de saúde, devem garantir uma atenção de pré-natal realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos a seguir: [...] 3.10. Tratamento das intercorrências da gestação (BRASIL, 2005a, p. 1).

A assistência pré-natal deve atender às reais necessidades da população de gestantes, mediante utilização dos conhecimentos técnico-científicos existentes e dos meios e recursos disponíveis mais adequados para cada caso (BRASIL, 2000). O objetivo desta assistência é identificar possíveis intercorrências e o respectivo tratamento é identificar os problemas que possam resultar em danos maiores à saúde da mulher e de seus filhos. Muitos casos podem ser solucionados no nível primário de saúde. Em um pré-natal de qualidade há uma avaliação das situações consideradas de risco e consequente identificação de como atuar para o impedimento de um possível resultado inadequado (BRASIL, 2012c).

As consultas de pré-natal poderão ser feitas na unidade de saúde ou durante visitas domiciliares, com acompanhamento intercalado entre médico e enfermeiro. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número recomendado de consultas deve ser igual ou superior a seis. Atenção especial deverá ser dada às grávidas com maiores riscos: as consultas deverão ser mensais até a 28ª semana, quinzenais entre 28 e 36 semanas e semanais no termo (BRASIL, 2012c).

Quando há algum fator de risco durante o período gestacional, pode-se encaminhar o atendimento ao pré-natal de alto risco e/ou emergência obstétrica. Aproximadamente 10% das gestantes em risco estão incluídas no critério de pré-natal de alto risco. Podemos citar como fatores deste critério as condições prévias como hipertensão arterial crônica e também as relacionadas à gravidez atual como infecção urinária. Para o critério de encaminhamento à emergência obstétrica citam-se fatores de risco como síndromes hemorrágicas, entre outros (BRASIL, 2012d). Aproximadamente 70% dos óbitos neonatais estão vinculados a causas que poderiam ter sido prevenidas e relaciona-se ao acesso e utilização dos serviços de saúde e à qualidade da assistência pré-natal (BRANDÃO; GODEIRO; MONTEIRO, 2012).

O conhecimento do perfil das mulheres de gestação de alto risco e das intercorrências permite o desenvolvimento de ações e de políticas públicas que direcionem a assistência para um bom desfecho gestacional (ANJOS et al., 2014). Segundo Castro et al. (2010), a persistência de altas taxas de indicadores de saúde como o coeficiente de mortalidade materna e perinatal também motivam a criação destas políticas públicas.

O nível socioeconômico, a dificuldade de acesso e a falta de serviços de saúde influenciam para um resultado não satisfatório do quadro obstétrico (CABRAL et al., 2011). Autores destacam que a qualidade dos pré-natais está precária, pois se observa que os prénatalistas não se responsabilizam pelo preenchimento de documentos indicados, assim como documentos essenciais para o acompanhamento e registro das ações e cuidados em todas as etapas da gestação (BENIGNA et al., 2004). O atendimento de pré-natal de qualidade é importante para o desfecho saudável da gravidez, e os profissionais que assistem devem estar qualificado para atender estas mulheres (CUNHA et al., 2009).

#### 3.2 Intercorrências obstétricas e clínicas

No período gestacional existem mudanças corporais, comportamentais e sociais. Na maior parte das vezes, a gestação ocorre sem problemas ou intercorrências, mas existem situações em que há o desenvolvimento de doenças e/ou agravos (ZANOTELI; ZATTI; FERRABOLI, 2013). As intercorrências obstétricas podem comprometer tanto a mãe quanto o feto, e os efeitos do tratamento realizado podem repercutir na saúde fetal e também no desfecho da gestação.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012d; BRASIL, 2013) as intercorrências como síndromes hipertensivas, trabalho de parto prematuro, infecção do trato urinário, anemia, sífilis e HIV estão listadas entre as mais frequentes durante as gestações.

# 3.2.1 Síndromes hipertensivas da gravidez

As síndromes hipertensivas são as principais causas de morte em gestantes no mundo todo (BACKES; SOARES, 2008). Ocorre em torno de 10% de todas as gestações e são mais comuns em mulheres em gestação múltipla, com história de hipertensão há mais de quatro anos, com história de hipertensão em gravidez anterior e história de doença renal, entre outros fatores (BRASIL, 2012c).

As síndromes hipertensivas da gravidez, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012c) são classificadas em:

- Hipertensão crônica: observada antes da gravidez ou antes de 20 semanas de gestação, e não se resolve até 12 semanas após o parto.
- Pré-eclâmpsia: hipertensão que ocorre após 20 semanas de gestação acompanhada de proteinúria e desaparece até 12 semanas após o parto. Na ausência de proteinúria, a suspeita se fortalece quando a hipertensão vem acompanhada de outros sintomas como a cefaleia, distúrbios visuais, dor abdominal, plaquetopenia e aumento de enzimas hepáticas. Pode ser classificada em leve ou grave de acordo com os sinais e sintomas associados.
- Eclâmpsia: caracteriza-se pela presença de convulsões ou coma em mulher com qualquer quadro hipertensivo, não causado por epilepsia ou outra doença convulsiva.
- Hipertensão gestacional (sem proteinúria): a proteinúria pode aparecer tardiamente, o diagnóstico será retrospectivo, sendo necessário afastar pré-eclampsia. É considerada hipertensão transitória da gravidez quando a pressão retorna ao normal até 12 semanas após o parto, e crônica quando persiste além de 12 semanas após o parto.

# 3.2.2 Trabalho de parto prematuro

Considera-se trabalho de parto prematuro (TPP) quando o parto ocorre entre a 20<sup>a</sup> e a 37<sup>a</sup> semanas de gestação. A incidência do nascimento de prematuros vem crescendo devido ao aumento de gestações múltiplas e da utilização de reprodução assistida (FREITAS et al., 2011). No Brasil, no ano de 2007, a taxa de prematuridade foi de 6,26 e no ano de 2008 foi de 6,49 nascidos prematuros por 100 nascidos vivos (CABRAL et al., 2011).

O TPP caracteriza-se pela presença de contrações regulares, modificações cervicais (dilatação maior que 2 cm) e/ou esvaecimento maior que 50%. A prevenção do TPP é um desafio, alguns resultados têm sido obtidos por meio da identificação e tratamento de infecções genitais e do trato urinário, assim como a adaptação laboral (BRASIL, 2012c).

# 3.2.3 Anemia

Os fatores de risco para a anemia gestacional são uma alimentação com pouco ferro, vitaminais e minerais, perda de sangue devido cirurgia ou lesão, doença grave ou de longo prazo, infecções de longo prazo e histórico familiar de anemia herdada (BRASIL, 2012d).

A anemia ferropriva apresenta-se como uma das intercorrências mais comuns na gestação. Sua prevalência em países desenvolvidos é de 22,7% e, em países em desenvolvimento é de 52% (BARRETO; MATHIAS, 2013). Outra causa comum para a ocorrência de anemia é a perda aguda de sangue. A hemorragia requer um tratamento imediato para reestabelecer a perfusão dos órgãos. Uma vez que a hipovolemia tenha se restabelecido e a hemostase atingida, a anemia residual deve ser tratada com ferro (LEVENO et al., 2005).

O Programa Nacional de Suplementação de Ferro é destinado para prevenir a anemia ferropriva mediante a suplementação universal para gestantes a partir da 20<sup>a</sup> semana gestacional e até o 3<sup>o</sup> mês pós-parto (BRASIL, 2005b, p. 1).

O tratamento para a anemia gestacional segue o seguinte fluxo: gestante com os níveis de hemoglobina dentro dos parâmetros normais (>11mg/dl) e com algum fator de risco deve administrar 1 cp/dia de sulfato ferroso até o final da gestação (sulfato ferroso profilático). Níveis de hemoglobina entre 8mg/dl e 11mg/dl deve-se administrar 5 cp/dia de sulfato ferroso e repetir exame sanguíneo em 60 dias, caso níveis aumentados deve-se manter o tratamento, caso contrário (níveis em queda ou estacionários) deve-se encaminhar a gestante ao pré-natal de alto risco. Níveis de hemoglobina abaixo de 8mg/dl é um caso considerado como anemia grave e a gestante é diretamente encaminhada à assistência de alto risco (BRASIL, 2012c).

# 3.2.4 Infecção do trato urinário

Entre as intercorrências gestacionais, a infecção do trato urinário (ITU) acomete, principalmente, mulheres jovens, e é considerada a complicação mais frequente. O período gestacional gera algumas mudanças que favorecem a infecção do trato urinário, como a estase urinária, aumento da produção de urina, glicosúria e aminoacidúria (BRASIL, 2012d).

Ocorre em 17 a 20% das gestações (BRASIL, 2012c), sendo que a incidência de bacteriúria assintomática é de 2% a 10% das gestantes, já a pielonefrite aguda surge de 25% a 35% (BARRETO; MATHIAS, 2013).

A ITU associa-se a complicações como rotura prematura de membranas, TPP, corioamnionite, febre no pós-parto, sepse materna e infecção neonatal (BRASIL, 2012c). Segundo Backes e Soares (2008) a ITU pode ainda ocasionar problemas como pielonefrite, insuficiência renal, além de desencadear uma doença hipertensiva, piorar uma hipertensão preexistente e acarretar no surgimento de anemia gestacional.

O tratamento é feito com antibióticos e o controle é feito através da urocultura de três a sete dias após o término do tratamento (BRASIL, 2012c).

#### 3.2.5 Sífilis

A sífilis é uma doença infecciosa, com transmissão sexual ou materno-fetal, de evolução crônica. É uma DST que pode ser controlada por meio de ações e medidas de programas de saúde pública em virtude da existência de testes diagnósticos sensíveis, tratamento efetivo e de baixo custo (BRASIL, 2012c).

O diagnóstico, na fase primária, é clinico e feito pela identificação do cancro duro. Ele é caracterizado por uma úlcera indolor firme com bordas elevadas e uma base em granulação que persiste por até seis semanas e cura espontaneamente. Na fase secundária, que pode aparecer até 10 semanas após a cura do cancro, o diagnóstico é dado por erupções cutâneas altamente variáveis. (BRASIL, 2012d).

Durante a gestação deve-se obter uma intervenção imediata para reduzir o risco de transmissão vertical. O risco fetal varia de 70% a 100%. A testagem é realizada duas vezes durante a gestação: na primeira consulta e a segunda no terceiro trimestre da gestação. Se o resultado for positivo, recomenda-se a coleta de amostra sanguínea para realização do VDRL. Caso VDRL positivo, a gestante e o parceiro necessitam de tratamento (BRASIL, 2012c).

Como tratamento a escolha é a penicilina (LEVENO et al., 2005). Os parceiros sexuais devem ser tratados concomitantemente, caso contrário o recém-nascido será considerado caso de sífilis congênita (BRASIL, 2012c).

#### 3.2.6 HIV

No Brasil, estima-se que 0,4% das gestantes sejam HIV positivas (BRASIL, 2012c). A transmissão materno-fetal transplacentária é a responsável pela maioria das infecções por HIV entre crianças. De 15% a 25% das crianças nascidas de mães infectadas e não tratadas serão infectadas (LEVENO et al., 2005).

Os fatores de risco para a transmissão vertical são o aleitamento materno, os fatores virais, maternos, comportamentais, obstétricos e inerentes ao recém-nascido (BRASIL, 2012d). A carga viral elevada e a rotura prematura das membranas são reconhecidas como os principais fatores associados à transmissão vertical do HIV (BRASIL, 2012c).

É recomendada a realização do teste anti-HIV, com aconselhamento pré e pós-teste e com consentimento, para todas as gestantes na primeira consulta pré-natal e no início do 3° trimestre (BRASIL, 20012c).

O tratamento é feito por terapia antirretroviral. Estudos confirmaram a eficácia do AZT na redução da transmissão vertical (FREITAS et al., 2011).

# 3.3 Intercorrências gestacionais x Desfechos

As características maternas podem influenciar na escolha da via de parto (REGO et al., 2010). Segundo Cunha et al. (2002), a cesariana tem tido suas indicações ampliadas na intenção da obtenção de melhores resultados em relação à saúde materna e fetal, mas esse objetivo não é sempre alcançado, influenciando desta forma redução das taxas de cesariana.

Fatores de risco como infecções e hipertensão gestacional têm sido responsáveis por um terço dos partos prematuros (BETIOL; BARBIERI; SILVA, 2010). Segundo Silveira et al. (2008), entre os fatores de risco para o nascimento pré-termo estão a história prévia de natimorto, hipertensão arterial, infecção do trato geniturinário e cinco ou menos consultas de pré-natal.

Para Cunha et al. (2002), a hipertensão durante a gestação tem sido apontada como fator de risco para cesariana. Linhares et al. (2014) também relata que os distúrbios hipertensivos justificam altas taxas de cesariana e que devido ao comprometimento sobre a mulher e o feto, muitas vezes somente é evitado através da interrupção da gestação. Segundo Leveno et al. (2005), quanto maiores as alterações da frequência e da intensidade de uma préeclâmpsia, mais provável a necessidade de interrupção da gestação.

Segundo Fujimori et al. (2011) e Giacomin et al. (2009), a anemia na gestação tem como consequências uma maior taxa de mortalidade materna, um maior risco de recémnascidos pré-termos e com baixo peso ao nascer. Em torno de 40% das mortes maternas e perinatais são ligadas à anemia (RODRIGUES; JORGE, 2010). Uma deficiência em vitamina A leva a uma maior chance de aborto espontâneo e à maior gravidade de intercorrências gestacionais, além de estar associada à própria anemia e a síndromes hipertensivas (CAMPOS et al., 2008).

As infecções do trato urinário durante a gestação podem ter como consequência o trabalho de parto prematuro, o choque séptico e a infecção do recém-nascido. Em infecções mais graves podem ocorrer contrações do útero, o que leva ao trabalho de parto prematuro, abortamentos, hipertensão arterial, morte do bebê e/ou da mãe (PAGNONCELI et al., 2010).

A sífilis tem um grande impacto na gestação, pois pode levar ao abortamento, ao trabalho de parto prematuro, à morte fetal e à infecção neonatal (FREITAS et al., 2011). A infecção materna por HIV está relacionada ao parto pré-termo, à restrição de crescimento fetal e o risco de natimortos (LEVENO et al., 2005). O parto cesáreo contribui para reduzir a transmissão vertical quando realizado com as membranas íntegras e sem ter trabalho de parto iniciado (BRASIL, 2012d).

# **4 METODOLOGIA**

# 4.1 Tipo de estudo

Este estudo é um subprojeto da pesquisa denominada "Fatores associados à realização de cesariana em Hospital Universitário" (GOUVEIA; GONÇALVES, 2013) que teve por objetivo analisar os fatores associados à realização de cesariana em um hospital universitário da cidade de Porto Alegre/RS.

Tratou-se de um estudo quantitativo de corte transversal. O estudo transversal, também denominado seccional, corresponde a uma estratégia de estudo que se caracteriza pela observação direta de um número planejado de indivíduos em uma única oportunidade (KLEIN, BLOCH, 2009).

## 4.2 Campo de estudo

A pesquisa da qual este estudo fez parte foi desenvolvida no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), na Unidade de Internação Obstétrica, localizada no 11º andar, ala sul.

O HCPA é uma Empresa Pública de Direito Privado, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação e vinculado academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este hospital é referência, para gestações de alto risco, dentro do estado do Rio Grande do Sul (HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, 2013).

#### 4.3 População e amostra

Para o cálculo do tamanho amostral do estudo a qual esse se deriva foi considerado o número total de partos no HCPA no ano de 2011 (3714 partos¹). Com uma margem de erro absoluta de 5% e nível de confiança de 95%, foram necessárias no mínimo 359 puérperas a serem entrevistadas para compor a amostra², porém foram entrevistadas ao total 361 puérperas. O Software utilizado foi o Win Pepi.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Dados fornecidos pelo Serviço de Enfermagem Materno-Infantil do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Cálculo amostral realizado pela assessoria estatística do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do HCPA.

15

4.4 Seleção dos sujeitos

Critérios de inclusão: foram incluídas na amostra do projeto a qual esse se derivou

mulheres cujo parto foi realizado no Centro Obstétrico na referida instituição, seja parto

vaginal ou cesárea (eletivas ou de urgência).

Critérios de exclusão: no projeto inicial foram excluídas as que não aceitaram

participar do estudo, as que não tiveram condições psicológicas de responder as questões, os

casos de óbito fetal, fetos com peso inferior a 500 gramas e/ou com idade gestacional inferior

a 22 semanas.

Especificamente para este estudo, foram incluídas na amostra todas as mulheres que

apresentaram alguma intercorrência no pré-natal, segundo as anotações da carteira pré-natal

e/ou relatada pela mulher.

4.5 Coleta de dados

Os dados primários foram obtidos por meio da Planilha de Ocorrências da Área

Restrita da Unidade de Centro Obstétrico, de registros do prontuário físico e eletrônico

materno e do neonato, da carteira pré-natal e da entrevista semi-estruturada (ANEXO A). As

entrevistas foram realizadas diariamente na Unidade de Internação Obstétrica, após as

primeiras 12 horas pós-parto, com todas as puérperas que contemplaram os critérios de

inclusão definidos para esse estudo. Os dados obtidos no prontuário da mulher e do recém-

nascido foram coletados quando efetivada alta hospitalar de ambos.

As informações de interesse para este estudo foram obtidas junto ao banco de dados do

projeto de pesquisa "Fatores associados à realização de cesariana em um hospital

universitário". Foram utilizados os dados referentes à caracterização da amostra, a história

obstétrica, intercorrências na gestação e o tipo de parto.

4.6 Variáveis do estudo

**Idade:** em anos completos no momento da entrevista.

**Escolaridade:** em anos de estudo.

Renda Familiar: em salários mínimos.

História Obstétrica: será considerado o número de gestações (número de vezes que a mulher ficou grávida, incluindo a última gestação). Caracterizou-se como primigesta (grávidas pela primeira vez), multigesta (ficaram grávidas mais de uma vez). Também considerou-se o número de vezes que a mulher pariu, caracterizando-se como nulípara (mulher que nunca pariu); primípara (mulher que pariu uma vez) e multípara (mulher que pariu mais de uma vez).

**Intercorrências na gestação:** alterações no estado clínico e/ou obstétrico registrado na carteira pré-natal e/ou relatado pela mulher.

**Tipo de parto:** Parto vaginal: É aquele no qual a expulsão do feto se dá através do canal vaginal. Pode acontecer na posição vertical, horizontal e também na água (OLIVEIRA et al., 2005). Cesariana: É aquele realizado por via abdominal. Consiste em uma incisão cirúrgica no abdome e parede uterina para extrair o feto (OLIVEIRA et al., 2005).

#### 4.7 Análise dos dados

Para análise dos dados foi utilizada estatística descritiva e para a verificação da associação entre as variáveis do estudo o Teste de Quiquadrado. O nível de significância utilizado foi de 5%. O software utilizado foi o SPSS versão18. Os dados foram apresentados por meio de tabelas.

# 4.8 Aspectos éticos

O projeto "Fatores associados à realização de cesariana em um Hospital Universitário" (GOUVEIA; GONÇALVES, 2013) foi submetido e aprovado, metodologicamente, pela Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem (COMPESQ/ENF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o registro número 23998 (ANEXO B).

Por tratar-se de um projeto que envolve seres humanos, o projeto foi submetido para avaliação ética ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do HCPA, sendo aprovado com o registro número 120466 (ANEXO C).

Todas as mulheres que aceitaram o convite de participação na pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - em duas vias iguais, no qual constaram os objetivos da pesquisa, o tempo destinado de 15 minutos para responder ao questionário, bem como a não existência de risco conhecido à saúde física e mental das mesmas, visto que não foi utilizada nenhuma forma de intervenção, a não ser a aplicação de

um questionário. Ressaltou-se que o estudo poderia causar constrangimento aos sujeitos de pesquisa quando da resposta às suas perguntas, bem como algum desconforto relacionado ao tempo destinado à entrevista.

Foi assegurada à participante a confidencialidade da informação prestada e de que o seu nome não será divulgado, além da possibilidade de desistir de participar sem prejuízos à sua assistência na instituição. Todos os instrumentos de coleta de dados ficarão arquivados por cinco anos, sob responsabilidade da pesquisadora coordenadora do estudo. No caso de menores de 18 anos, o TCLE também foi assinado por seu responsável.

A pesquisa respeitou os termos da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde no que se refere aos aspectos éticos (BRASIL, 2012e).

A coordenadora da pesquisa a qual este estudo se deriva autorizou a utilização do banco de dados para o desenvolvimento desse estudo (ANEXO D).

O presente projeto de pesquisa foi encaminhado à COMPESQ/EENF para avaliação e aprovação metodológica e foi aprovado (ANEXO E).

# **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse capítulo será apresentada a análise das intercorrências clínica e/ou obstétricas vivenciadas pelas mulheres no pré-natal. Participaram desse estudo 361 mulheres e as informações foram obtidas na carteira pré-natal e com a própria mulher.

Tabela 1 - Distribuição das mulheres segundo o número de intercorrência(s) clínica(s) e/ou obstétrica(s) na gestação atual registradas na carteira pré-natal. Porto Alegre, 2015. (N=361)

Número de intercorrências	N	%
Nenhuma	116	32,1
Uma intercorrência	125	34,6
Duas intercorrências	75	20,8
Três intercorrências	29	8,0
Quatro intercorrências	11	3,0
Cinco intercorrências	03	0,8
Seis intercorrências	01	0,3
Sete intercorrências	01	0,3
Total	361	100,0

Podemos observar na Tabela 1, que 245 mulheres (67,9%) tiveram alguma intercorrência(s) clínica(s) e/ou obstétrica(s) no pré-natal atual e, dessas, 120 (49%) tinham o registro de mais de uma intercorrência na carteira pré-natal. Esses achados se assemelham de outros estudos (MARREIRO et al., 2009; XAVIER et al., 2013; NOMURA; ALVEZ; ZUGAIB, 2004).

No presente estudo 67,9% das participantes tiveram pelo menos uma intercorrência durante o pré-natal. Já no estudo realizado no Ambulatório de Gravidez de Alto Risco da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, dos 549 prontuários avaliados 504 deles (91,8%) mostravam que as mulheres passaram por alguma intercorrência obstétrica na gestação atual (MARREIRO et al., 2009). Na clínica obstétrica de um hospital de São Paulo que recebe pacientes de alto risco, 1391 (79,6%) gestantes atendidas durante o período de abril a dezembro de 2001 apresentaram alguma intercorrência durante a gestação (NOMURA; ALVEZ; ZUGAIB, 2004).

Em contrapartida, outros autores apontam uma taxa menor de intercorrências na gestação atual do que as do presente estudo. Xavier et al. (2013) buscou conhecer o perfil reprodutivo de 3440 mulheres encaminhadas através do serviço de atenção básica para o serviço ambulatorial de pré-natal do IFF/FioCruz, instituto referência para gravidez de alto risco fetal no Rio de Janeiro. Os autores identificaram que 700 (20,3%) delas tinham condições clínicas preexistentes e intercorrências clínicas e 1555 (45,2%) delas alguma doença obstétrica na gravidez atual. Pesquisa realizada por Campos et al. (2008), em uma maternidade escola do Rio de Janeiro que atende clientela acolhida por livre demanda, identificou que 42,7% das gestantes atendidas apresentaram alguma intercorrência obstétrica.

Os seguintes dados a serem apresentados referem-se ao perfil sociodemográfico das mulheres que tiveram alguma intercorrência clínica e/ou obstétrica na gestação atual.

Tabela 2 - Distribuição das mulheres que tiveram alguma intercorrência clínica e/ou obstétrica na gestação atual segundo idade, escolaridade, renda familiar, história obstétrica. Porto Alegre, 2015. (N=245)

Variável	N	%	
Idade			
$\leq 15$ anos	06	2,4	
16 à 34 anos	207	84,5	
$\geq$ 35 anos	32	13,1	
Escolaridade			
< 8 anos de estudo	66	26,9	
8 anos de estudo	46	18,8	
> 8 anos de estudo	133	54,3	
Renda familiar (N=231)*			
Até um salário mínimo	68	29,4	
Dois salários mínimos	93	40,3	
Três ou mais salários mínimos	70	30,3	
História obstétrica			
Primeira gestação	92	37,6	
Duas ou mais gestações	153	62,4	
Parto anterior (N=153)**			
Nenhum parto anterior	14	9,1	

Primípara	78	51,0
Multípara	61	39,9

<sup>\*14</sup> não souberam informar.

Na tabela 2 podemos verificar que a maioria das mulheres encontrava-se na faixa etária de 16 a 34 anos de idade (84,5%), tinham mais de oito anos de estudo (54,3%) e renda familiar de dois salários mínimos (40,3%). Em relação à história obstétrica, a maioria com duas ou mais gestações (62,4%) e entre essas cerca de metade era primípara (51%).

Estudo que teve como objetivo investigar as principais intecorrências obstétricas e a atuação do enfermeiro em uma maternidade de João Pessoa-PB, mostrou que a maioria das mulheres (64%) com alguma intecorrência estava na faixa etária entre 26 e 35 anos, que 56% das mulheres possuíam ensino fundamental completo, 68% duas ou mais gestações e 46% entre um e três partos (CABRAL et al., 2011).

Autores destacam que as taxas de intecorrências obstétricas crescem conforme aumenta a idade (65,4% para mulheres de 40 a 44 anos e 125,9% para as de 45 a 49 anos) (VERAS; MATHIAS, 2014). Tal análise não foi realizada no presente estudo, mas destaca-se que 13,1% das mulheres encontravam-se com idade igual ou superior a 35 anos, característica essa que, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012d), é um fator de risco gestacional, porém que permitem a realização do pré-natal pela equipe de atenção básica.

Em relação à renda familiar, Xavier et al. (2013) aponta que a maioria das mulheres com alguma intercorrência clinica e/ou obstétrica tinha renda familiar entre um e três salários mínimos (39,4%). Esse achado diverge dos encontrados na presente pesquisa, onde a maioria das entrevistadas tinha renda familiar de até dois salários mínimos.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2012d) ainda traz outros fatores de risco gestacionais como a baixa escolaridade (menor do que cinco anos de estudo regular) e, referente à história obstétrica, a nuliparidade e a multiparidade (cinco ou mais partos), variáveis essas que mostraram com baixa frequência no presente estudo.

Os próximos dados referem-se às intercorrências registradas na carteira pré-natal com frequência superior a 10 casos e sua relação com o conhecimento da mulher sobre tal intercorrência.

<sup>\*\*</sup>considerado somente as com duas ou mais gestações (história obstétrica).

Tabela 3 - Distribuição das mulheres que tiveram alguma intercorrência clínica e/ou obstétrica na gestação atual registrada na carteira pré-natal e relatada pelas mulheres. Porto Alegre, 2015. (N=245)

Contains must match		Relato d	a mulher	
Carteira pré-natal		Sim	Não	Total
Amniorrexe prematura*	Sim	58	13	71
	Não	10	163	173
Diabetes Gestacional*	Sim	21	02	23
	Não	04	217	221
Estreptococo B*	Sim	24	17	41
	Não	02	201	203
Trabalho de parto prematuro*	Sim	23	02	25
	Não	11	208	219
Síndrome hipertensiva*	Sim	37	02	39
	Não	15	190	205
Infecção do trato urinário	Sim	98	6	104
	Não	23	118	141

<sup>\*</sup> um caso sem registro nessas intercorrências

A intercorrência mais frequente entre as mulheres, segundo o registro da carteira prénatal, foi a infecção do trato urinário (104 casos). Quando analisada a relação das informações, verificou-se maior coincidência (>90%) entre o registro na carteira pré-natal e o relatado pela mulher nos casos de síndrome hipertensiva, trabalho de parto prematuro, ITU e diabetes gestacional (Tabela 3).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012d), as complicações hipertensivas ocorrem em cerca de 10% de todas as gestações, e recorre de 20% a 50% nas gestações subsequentes. Sobre a infecção do trato urinário, ocorre em cerca de 17% a 20% das mulheres. A amniorrexe prematura apresenta incidência entre 3% e 18,5% e recorrência de 21%. A diabetes gestacional tem prevalência entre 3% e 13% das gestações, sendo o problema metabólico mais comum. Rabello e Barros (2011) referem que, no Brasil, a taxa de prematuridade varia entre 5% e 15%. Dados de 2012 apontam prevalência de recém-nascidos (RN) prematuros no país de 11,8%, com alguma variação dependendo da região.

Segundo Barreto e Mathias (2013) o acompanhamento durante o período pré-natal engloba não somente os procedimentos clínicos como também os educativos, pois estes

orientam a mulher sobre o andamento da gestação. Com o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento - PHPN (BRASIL, 2002) espera-se que a gestante não aceite somente o que lhe é oferecido, mas também busque o que é de seu direito como o conhecimento adequado sobre seus problemas de saúde durante a gestação.

Desta forma, no caso das gestantes, orientações sobre intercorrências no pré-natal são extremamente importantes, visto que isso reflete em maiores cuidados das mesmas em relação ao seu respectivo tratamento e também ao que se refere na identificação do agravamento de sua condição de saúde e/ou do feto.

A seguir serão apresentadas as principais intecorrências e sua associação com o desfecho da gestação, ou seja, o tipo de parto.

Tabela 4 - Associação das intercorrências obstétrica com o desfecho gestacional – tipo de parto. Porto Alegre, 2015. (N=245)

Intercorrência		Parto V	Vaginal	Cesa	riana	p
Desfect	10	N	%	N	%	valor
Amniorexe prematura*	Sim	48	67,6	23	32,4	0,780
	Não	112	64,7	61	35,3	
Diabetes Gestacional*	Sim	12	52,2	11	47,8	0,234
	Não	148	67,0	73	33,0	
Estreptococo B*	Sim	26	63,4	15	36,3	0,890
	Não	134	66,0	69	34,0	
Síndrome hipertensiva*	Sim	21	53,8	18	46,2	0,134
	Não	139	67,8	66	32,2	
Trabalho de parto prematuro*	Sim	15	60,0	10	40,0	0,691
	Não	145	66,2	74	33,8	
Infecção do trato urinário	Sim	69	66,3	35	33,7	0,966
	Não	92	65,2	49	34,8	

<sup>\*</sup> um caso sem registro nessas intercorrências

Na tabela 4, verificamos que entre as principais intercorrências apresentadas pelas mulheres nenhuma teve relação estatística significativa com o tipo de parto - desfecho. Considerando isoladamente essas intercorrências, nenhuma delas é indicação absoluta para realização da cesariana, com exceção da diabetes gestacional que pode ter como consequência

fetos macrossômicos e desta forma, pode-se dizer que a indicação para essa condição é relativa (BRASIL, 2012d).

Em um estudo realizado com 250 gestantes internadas na Santa Casa de Misericórdia de Sobral, com diagnostico de síndrome hipertensiva, a via de parto de 196 (78,4%) delas foi cesárea (LINHARES et al., 2014), frequência essa maior do que a encontrada no presente estudo.

Segundo Linhares et al. (2014), a decisão sobre a via de parto em mulheres com síndromes hipertensivas deve ser tomada em função da idade gestacional, da vitalidade fetal e da gravidade da doença. De acordo com as orientações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012c), parto de mulheres com síndrome hipertensiva pode ser via vaginal, desde que existam boas condições de colo uterino, vitalidade fetal, condições maternas e um hospital com recursos disponíveis para o atendimento e controle desse tipo de gestante.

Pereira et al. (1999) em seu estudo com uma população de grávidas diabéticas, da Maternidade do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher da Universidade Estadual de Campinas, através dos resultados perinatais obtidos dos prontuários de 90 gestantes observou que houve 72,2% de cesáreas. Esse achado diverge dos encontrados no presente estudo, onde cerca de metade das mulheres tiveram cesarianas.

Ressalta-se que a diabetes gestacional não é uma indicação absoluta para cesariana. A decisão da via de parto é obstétrica, onde se deve considerar uma avaliação da permeabilidade da bacia materna e sua proporção com o tamanho fetal. As mulheres com bom controle metabólico ou complicações associadas podem evoluir para o parto vaginal (SCHMIDT; REICHELT, 1999). Outros autores corroboram dizendo que, em mulheres diabéticas, não existem recomendação específica sobre a via de parto, sendo somente determinada pelas condições obstétricas da gestante (MIRANDA; REIS, 2006).

No estudo de Santos, Oliveira e Bezerra (2006), realizado em uma maternidade pública referência do Estado do Ceará, em uma amostra de 37 partos de mulheres com diagnóstico de amniorrexe prematura, 48,7% deles foi cesárea, frequência essa menor do que no presente estudo. Pesquisas realizadas não observaram a amniorrexe prematura como indicação para cesárea, devendo, portanto, analisar os riscos e benefícios tanto para mãe como para o feto (CAMPOS et al., 2011). Junior e Melo (2008) dizem que existem dois tipos de conduta: a intervencionista e a conservadora. Na primeira, o parto é induzido assim que se confirma o diagnóstico, e a segunda, aguarda-se o início do parto espontâneo. Isso varia de acordo com as condições do feto e da mãe.

Rabello e Barros (2011), em um estudo com mulheres que apresentaram trabalho de parto prematuro no Hospital Itapecerica da Serra/SP, observaram que a taxa de cesarianas foi de 33,9%, sendo um resultado semelhante ao do presente estudo, no qual o parto vaginal foi o mais frequente. A melhor via de parto para gestantes em trabalho de parto prematuro ainda permanece discutível. Devem-se levar em consideração alguns fatores para a decisão, como idade gestacional, peso fetal estimado, passado obstétrico, presença ou não de crescimento fetal restrito, hemorragias da segunda metade da gravidez, duração do trabalho de parto, condições do colo uterino, integridade das membranas amnióticas, apresentação do feto e presença de intercorrências clínicas (SOUZA et al., 2001; BITTAR; CARVALHO; ZUGAIB, 2005).

No que se refere ao Estreptococo B, estudo realizado por Costa et al. (2010) no Instituto Fernandes Figueira com a revisão no prontuário de 125 gestantes colonizadas observou-se que o parto cesáreo ocorreu em 57% das mulheres.

Já em relação à infecção do trato urinário (ITU), estudo realizado com gestantes, com e sem esse diagnóstico, mostrou altas taxas de cesariana em ambos os grupos e maior taxa de parto vaginal entre as mulheres com ITU, em que os autores sugerem que pode ter associação com o parto prematuro (PEREIRA et al., 2013).

# 6 CONCLUSÕES

A partir dos resultados deste estudo, pode-se concluir que mais da metade das entrevistadas tiveram alguma intercorrência clínica e/ou obstétrica. E considerando as que apresentaram intercorrência, quase metade havia o registro de duas ou mais intercorrências na carteira de pré-natal. O elevado número de mulheres com alguma intercorrência na gestação pode estar relacionado com a qualidade da atenção pré-natal, assim como devido ao número de consultas, que podem ser insuficientes, levando em consideração o preconizado pelo Ministério da Saúde. Essa problemática repercute no conhecimento das mulheres sobre a evolução da gravidez e consequentemente na identificação e prevenção de acometimentos nesse período.

Sobre o perfil sociodemográfico destas mulheres, foi verificado que a maioria encontrava-se na faixa etária de 16 e 34 anos de idade, tinham mais de oito anos de estudo e renda familiar de dois salários mínimos. Sobre o histórico obstétrico, a maioria passou por duas ou mais gestações e aproximadamente metade delas era primípara.

A intercorrência mais frequente, de acordo com o registro da carteira de pré-natal, foi a infecção do trato urinário. Houve maior coincidência entre registro na carteira e relatado na mulher nos casos de síndrome hipertensiva, infecção do trato urinário, trabalho de parto prematuro e diabetes gestacional. Um número expressivo de mulheres não tinha conhecimento sobre a intercorrência gestacional.

Tal situação pode trazer repercussões ainda maiores tendo em vista a não adesão a tratamento, por não saber e/ou entender que vem passando por alguma situação atípica na gestação, e ainda por não saber os sinais de agravamento de tal intercorrência. E destaca-se que não houve associação estatística significativa das intercorrências com o tipo de parto.

Considera-se que a caracterização do perfil dessas mulheres com intercorrências na gestação é muito importante, visto que tais dados possibilitam possibilita o direcionamento e planejamento de ações que possam direcionar medidas de promoção de saúde para esse grupo de mulheres. Desta forma, a equipe de enfermagem poderá intensificar medidas de educação em saúde e estratégias de prevenção desses acometimentos, norteando a assistência às gestantes atendidas na instituição estudada.

Sugerem-se novas pesquisas direcionadas à temática no sentido de elucidar os motivos pelos quais as mulheres não têm conhecimento sobre o que esta acontecendo durante o período gestacional.

As limitações deste estudo estão relacionadas à falta de dados que possam subsidiar maior aprofundamento na temática.

# REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E. M. A. **Nutrição em obstetrícia e pediatria**. 3ª reimpressão revisada. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2005.
- ANJOS, J. C. S. et al. Perfil epidemiológico das gestantes atendidas em um centro de referência em pré-natal de alto risco. **Revista Paraense de Medicina**, Pará, v. 28, n. 2, p. 23-33, abr./jun. 2014.
- BACKES, M. T. S.; SOARES, M. C. F. Las enfermerdades intercurrentes durante la gestación y sus consecuencias sobre el peso del recién nacido. **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecologia**, Bogotá, v. 59, n. 2, p. 103-110, 2008.
- BARRETO, M. S.; MATHIAS, T. A. F. Cuidado à gestante na atenção básica: relato de atividades em estágio curricular. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste,** Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 639-48, 2013.
- BENIGNA, M. J. C. et al. Pré-natal no programa saúde da família (PSF): com a palavra, os enfermeiros. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 23-31, 2004.
- BETTIOL, H.; BARBIERI, M. A.; SILVA, A. A. M. Epidemiologia do nascimento prétermo: tendências atuais. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 57-60, 2010.
- BITTAR, R. E.; CARVALHO, M. H. B.; ZUGAIB, M. Condutas para o trabalho de parto prematuro. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 561-66, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Assistência Pré-natal: Manual Técnico**. 3ª edição. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Programa Humanização do Parto. **Humanização no pré-natal e nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1067/GM**, de 4 de julho de 2005. Institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 730**, de 13 de maio de 2005. Institui o Programa Nacional de Suplementação de Ferro, destinado a prevenir a anemia ferropriva e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e puerpério**: atenção qualificada e humanizada manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2011**: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

- \_\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012c.

  \_\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012d.

  \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012e.

  \_\_\_\_. Ministério da Saúde. Datasus. Sistema de informações sobre nascidos vivos. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

  \_\_\_\_. Mortalidade materna cai 55% no Brasil, de acordo com relatório ODM. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, Brasília, 29 set. 2014a. Disponível em: <a href="http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3933">http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3933</a>>. Acesso em: 07 out. 2014.

  . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de desenvolvimento do
- BRANDÃO, I. C. A.; GODEIRO, A. L. S.; MONTEIRO, A. I. Assistência de enfermagem pré-natal e evitabilidade de óbitos neonatais. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. esp 1, p. 596-602, dez. 2012.

milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014b.

- CABRAL, R. W. L. et al. Atuação do enfermeiro nas intercorrências e complicações obstétricas durante o trabalho de parto e nascimento. **ABENFO**, Minas Gerais, 2011.
- CAMPOS, L. F. et al. Níveis de retinol e carotenóides séricos e intercorrências gestacionais em puérperas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, p. 623-632, nov./dez. 2008.
- CAMPOS, M. E. A. et al. Incidência e características de cesáreas e partos normais: um estudo comparativo. CBCENF. Pernambuco, 2011.
- CASTRO, M. E. et al. Qualidade da assistência pré-natal: uma perspectiva das puérperas egressas. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 11, n. esp., p. 72-81, 2010.
- COSTA, N. D. et al. Gestantes colonizadas pelo *Streptococcus* do grupo B e seus recémnascidos: análise crítica da conduta adotada no Insituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 155-61, 2010.
- CUNHA, A. A. et al. Modelo preditivo para cesariana com uso de fatores de risco. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 21-28, jan. 2002.
- CUNHA, M. A. et al. Assistência pré-natal: competências essenciais desempenhadas por enfermeiros. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 145-153, jan./mar. 2009.

FREITAS, F. et al. Rotinas em obstetrícia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FUJIMORI, E. et al. Anemia em gestantes brasileiras antes e após a fortificação das farinhas com ferro. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1027-35, 2011.

GAMA, S. G. N. et al. Fatores associados à assistência pré-natal precária em uma amostra de puérperas adolescentes em maternidades do município do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, supl. 1, p. S101-S111, 2004.

GIACOMIN, L. et al. Anemia materna en el tercer trimestre de embarazo como factor de riesgo para parto pretérmino. **Acta Médica Costarricense**, San Jose, v. 51, n. 1, p. 39-43, ene./mar. 2009.

GOUVEIA, H. G.; GONÇALVEZ, A. **Fatores associados à realização de cesariana em hospital universitário**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. Institucional, **Histórico**. Porto Alegre: 2013. Disponível em: <a href="http://www.hcpa.ufrgs.br/content/view/13/97/">http://www.hcpa.ufrgs.br/content/view/13/97/</a>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga indicadores demográficos de saúde. **IBGE - Sala de Imprensa - Notícias**, Brasília, 2 set. 2009. Disponível em: <a href="http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1445">http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1445</a>. Acesso em: 07 out. 2014.

JUNIOR, M. D.C.; MELO, V. H. **Rotura prematura das membranas - Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - Projeto Diretrizes**. São Paulo: Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2008.

KLEIN, C. H.; BLOCH, K. V. Estudos seccionais. In: MEDRONHO, R. et al. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2009. p. 193-219.

LEVENO, K. J. et al. **Manual de obstetrícia de Williams**. 21. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LINHARES, J. et al. Fatores associados à via de parto em mulheres com pré-eclâmpsia. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 6, p. 259-63, 2014.

MARREIRO, C. M. et al. Perfil clínico-epidemiológico das pacientes atendidas no ambulatório de gravidez de alto risco da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. **Revista Paraense de Medicina**, Pará, v. 23, n. 3, p. 1-7, jul./set. 2009.

MIRANDA, P. A. C.; REIS, R. **Diabetes Mellitus Gestacional - Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - Projeto Diretrizes**. Rio de Janeiro: Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, 2006.

NOMURA, R. M. Y.; ALVEZ, E. A.; ZUGAIB, M. Complicações maternas associadas ao tipo de parto em hospital universitário. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 9-15, 2004.

- OLIVEIRA, D. L. et al. **Enfermagem na gravidez, parto e puerpério**: notas de aula. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PAGNONCELI, J. et al. Avaliação de infecção urinária em gestantes do município de Marechal Cândido Rondon PR. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 14, n. 3, p. 211-216, set./dez. 2010.
- PEREIRA, B. G. et al. Via de parto e resultados perinatais em gestantes diabéticas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 519-525, out. 1999.
- PEREIRA, E. F. V. et al. Urinary tract infection in high risk pregnant women. **Revista de Patologia Tropical**, Goiania, v. 42, n. 1, p. 21-29, jan./mar. 2013.
- RABELLO, M. S. C.; BARROS, S. M. O. Aspectos clínicos e epidemiológicos da prematuridade em um Centro de Parto Normal. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 483-8, out./dez. 2011.
- REGO, M. A. S. et al. Avaliação do perfil de nascimentos e óbitos em hospital de referência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 4, p. 295-302, jul./ago. 2010.
- RODRIGUES, L. P.; JORGE, S. R. P. Deficiência de ferro na gestação, parto e puerpério. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, São Paulo, v. 32, supl. 2, p. 53-56, 2010.
- SANTOS, F. L. B.; OLIVEIRA, M. I. V.; BEZERRA, M. G. A. Prematuridade entre recémnascidos de mães com amniorexe prematura. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 432-8, dez. 2006.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Planejamento em Saúde. Assessoria Técnica em Saúde da Mulher. **Atenção à gestante e à puérpera no SUS SP**: manual técnico do pré-natal e puerpério. São Paulo: SES/SP, 2010.
- SCHMIDT, M. I.; REICHELT, A. J. Consenso sobre diabetes gestacional e diabetes prégestacional. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 14-20, fev. 1999.
- SILVEIRA, M. F. et al. Aumento da prematuridade no Brasil: revisão de estudos de base populacional. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 1-7, 2008.
- SOUZA, E. et al. Escolha da melhor via de parto para o feto prematuro em apresentação cefálica. **Femina**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 5-8, jan. 2011.
- VERAS, T. C. S.; MATHIAS, T. A. F. Principais causas de internações hospitalares por transtornos maternos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 401-8, 2014.
- XAVIER, R. B. et al. Risco reprodutivo e renda familiar: análise do perfil das gestantes. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1161-1171, abr. 2013.

ZANOTELI, S.; ZATTI, C. A.; FERRABOLI, S. F. Intercorrências clínicas da gestação. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, Paraná, v. 4, n. 2, p. 5-45, nov. 2013.

# **ANEXO A – Instrumento de Coleta de Dados**

# FATORES ASSOCIADOS À REALIZAÇÃO DE CESARIANA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

	N°
Nome:	
Leito: R	egistro hospitalar:
Data da entrevista:   / _ / _	_
Horário da entrevista:   _/	
Entrevistadora:	
INFORMAÇÕES OB	TIDAS NO PRONTUÁRIO
,	
Informações do pré-natal	
<ol> <li>Realização de pré-natal</li> </ol>	
[1] Sim	
[2] Não	
2. Número de consultas de pré-natal (0 = nenhuma consulta)	
3. Realizou pré-natal na Unidade Básica de	
Saúde (SUS)	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (não realizou pré-natal)	
4. Realizou pré-natal pelo convênio (prestadora de	
saúde privada)	
[1] Sim	
[2] Não	
<ul><li>[77] Não se aplica (não realizou pré-natal)</li><li>5. Realizou pré-natal particular (por custeio próprio)</li></ul>	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (não realizou pré-natal)	
6. Data da última menstruação.	
* Registrar  99 99 99  quando não tiver registro da DUM	
7. Data da primeira ultrassonografia (USG)	_/
* Registrar  99 99 99  quando não tiver USG 8. Idade gestacional no primeiro USG	semanas   dias
* Registrar  77  semanas  77  dias (quando não tiver USG)	semanas    dias
9. Calcular a idade Gestacional em dias	dias
*Cálculo da IG dias = $[(n^o \text{ semanas } X 7) + n^o \text{ dias}]$	
* Registrar 7777 (quando não tiver USG)	
10. Número de gestações (incluindo atual) 11. Gravidez ectópica	
[1] Sim	
[2] Não	
12. Número de partos anteriores (normal, fórceps e	
cesariana)	
[77] Não se aplica (quando for primigesta)	
13. Número de parto normal (0 = nenhum; 1 = um	

14. Número de parto fórceps (0 = nenhum; 1 =	<u>                                     </u>
um parto fórceps).	
[77] Não se aplica (nenhum parto anterior)	
15. Número de cesariana (0 = nenhum; 1 = uma	
cesariana)	
[77] Não se aplica (nenhum parto anterior)	
16. Número de aborto (0 = nenhum; 1 = um	
aborto)	
[77] Não se aplica (é primigesta)	
17. Grupo sanguíneo	
[1] A	
[2] B	
[3] AB	
[4] O	
[99] Não registrado	
18. Fator Rh	
[1] positivo	
[2] negativo	
[99] Não registrado	
parto normal).	
[77] Não se aplica (nenhum parto anterior)	
Hábitos na gestação	
,	
19. Uso de bebida alcoólica durante a gravidez	
[1] Sim	·
[2] Não	
20. Tabagismo durante a gravidez	
[1] Sim	·
[2] Não	
21. Uso de drogas durante a gravidez	
[1] Sim	·
[2] Não	
22. Qual droga?	·
[99] Não registrado	

# História obstétrica

\*Considerar não quando não tiver registro na carteira pré-natal.

História patológica obstétrica PREGRESSA		História patológica obstét	rica ATUAL
23. Ameaça de parto	<u>                                     </u>	23a. Ameaça de parto	<u>    </u>
prematuro		prematuro	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
24. Ameaça de	<u>    </u>	24a. Ameaça de aborto	
aborto		[1] Sim	
[1] Sim		[2] Não	
[2] Não			

25 Amazaa da nanta	1 1	25 a America de monto	I
25. Ameaça de parto	II	25a. Ameaça de parto	
prematuro		prematuro	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
26. Ameaça de		26a. Ameaça de aborto	
aborto		[1] Sim	
[1] Sim		[2] Não	
[2] Não			
27. Amniorexe	1 1	27a. Amniorexe	
prematura	11	prematura	11
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
28. Cerclagem uterina	1 1	28a. Cerclagem uterina	1 1
[1] Sim	II	[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
	<u>                                     </u>		
29. Descolamento		29a. Descolamento	
prematuro de placenta		prematuro de placenta	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
30. Diabetes		30a. Diabetes gestacional	
gestacional		[1] Sim	
[1] Sim		[2] Não	
[2] Não			
31. Estreptococo B		31a. Estreptococo B	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
32. Gemelaridade		32a. Gemelaridade	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
33. HIV/AIDS		33a. HIV/AIDS	1 1
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não	1 1	[2] Não	1 1
34. Infecção urinária		34a. Infecção urinária	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não	ļ	[2] Não	
35. Oligoâmnio		35a. Oligoâmnio	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
36. Placenta prévia		36a. Placenta prévia	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
37. Polidrâmnio		37a. Polidrâmnio	
[1] Sim	,	[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
38. Restrição de		38a. Restrição de	
crescimento		crescimento intrauterino	11
intrauterino		[1] Sim	
[1] Sim		[2] Não	
[2] Não		[2] 1 (40)	
39. Sífilis		39a. Sífilis	1 1
[1] Sim		[1] Sim	1
		[2] Não	
[2] Não		[2] INAU	
	1	l	

40. Síndromes		40a. Síndromes	
hipertensivas		hipertensivas	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
41. Trabalho de parto		41a. Trabalho de parto	
prematuro		prematuro	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
42. Hiperemese		42a. Hiperemese gravídica	
gravídica		[1] Sim	
[1] Sim		[2] Não	
[2] Não			
43. Isoimunização Rh		43a. Isoimunização Rh	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
44. Outro:	<u> </u>	44a. Outro:	_

# Dados da admissão hospitalar

45. Data da admissão	
46. Horário da admissão	/
* Registrar  99 99  quando não tiver registrado o horário	
47. Categoria de internação	
[1] Sistema Único de Saúde	
[2] Prestadora de saúde privada (Convênio)	
[3] Por custeio próprio (Particular)	
48. Motivo da internação (descrever)	
49. Dilatação (em centímetros - não utilizar casa	
decimal)	
[99] Não registrado	
50. Características do colo	
[1] Grosso	
[2] Médio	
[3] Fino	
[99] Não registrado	
51. Apresentação	
[1] Cefálica	
[2] Pélvica	
[3] Ombro/Espáduas/Córmica	
[99] Não registrado	
52. Bolsa das águas	
[1] Íntegra	
[2] Rota	
[99] Não registrado	
53. Característica do líquido amniótico:	
[1] Claro	
[2] Claro com grumos	
[3] Esverdeado	
[4] Amarronzado	
[5] Sanguinolento	
[6] Amarelado	
[7] Purulento	
[99] Não registrado (não consta anotação)	

54. Dinâmica uterina (número de contrações em 10	
minutos)	
[99] Não registrado	
55. Altura uterina (em centímetros)	
[99] Não registrado	
56. BCF (freqüência dos batimentos cardíacos fetais	
por minuto)	
[99] Não registrado	

# Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto

57. Bolsa rota espontânea durante o trabalho de	
parto	
[1] Sim	
[2] Não (sem registro)	
[77] Não se aplica (internou com bolsa rota)	
58. Foi realizado amniotomia	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (internou com bolsa rota/espontânea	
no TP)	
[99] Não registrado	
59. Administrado soro com ocitocina durante o	
trabalho de parto	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (parto de urgência, eletivo ou foi	
direto para sala de parto/cesárea)	
60. Administrado misoprostol (via vaginal)	
durante o trabalho de parto	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (parto de urgência, eletivo ou foi	
direto para sala de parto/cesárea)	
61. Aplicada analgesia nas costas em algum	
momento do trabalho de parto	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (parto de urgência, eletivo ou foi	
direto para sala de parto/cesárea)  62. Tipo de analgesia no momento do trabalho	
	II
de parto [1] Peridural	
[2] Raquianestesia	
[3] Combinada	
[77] Não se aplica (não recebeu analgesia)	
[99] Não registrado	
63. Realizado MAP/Cardiotocografia?	
[1] Sim	
[2] Não (sem registro)	
[77] Não se aplica (parto de urgência, eletivo ou foi	
direto para sala de parto/cesárea)	
<u> </u>	

64. Utilização de métodos não farmacológicos	
para aliviar a dor durante o trabalho de parto	
[1] Sim	
[2] Não (sem registro)	
[ ]	
Dados do parto	
65. Data do parto	_   _   /   _   _
66. Horário do parto	
67. Tipo de parto	
[1] Normal	
[2] Cesariana	
[3] Fórceps	
68. Profissional que realizou o parto	1 1
[1] Médico/Residente medicina/Acadêmico de	<del> </del>
medicina	
[2] Enfermeira	
69. Local do parto	1 1
[1] Pré-parto	''
[2] Sala de parto/cesárea	
[3] Sala da emergência obstétrica	
Só para quem teve parto normal	
50 para quem teve parto normai	
[77] Não se aplica	
[70. Períneo íntegro	Ti i
[1] Sim	
[1] Silli [2] Não	
71. Realizado episiotomia	1 1
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (períneo íntegro)	
72. Laceração (de qualquer grau)	1 1
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (períneo íntegro)	
Intercorrências no Centro Obstétrico	
73. Atonia uterina	
[1] Sim	
[1] Silli [2] Não	
74. Retenção placentária	
[1] Sim	
[1] Silli [2] Não	
75. Hemorragia	
[1] Sim	
[1] Silli [2] Não	
76. Restos placentários	
[1] Sim	
[2] Não	
77. Náusea	
[1] Sim	
[2] Não	

78. Vômito [1] Sim [2] Não 79. Depressão respiratória [1] Sim [2] Não 80. Hipotensão [1] Sim [2] Não	
81. Outra intercorrência (descrever)	
<ul><li>82. Procedimentos pós-parto</li><li>[1] Não houve nenhum procedimento pós-parto</li></ul>	II
[2] curagem/curetagem	
[3] histerectomia	
83. Após o parto foi para	<u>  </u>
[1] UIO	
[2] CTI	
Só para quem teve cesariana [77] Não se aplica	
Indicação da cesariana	
84. Desproporção cefalo-pélvica	
[1] Sim	
[2] Não	
85. Sofrimento fetal/Condição fetal não	
tranquilizadora	
[1] Sim [2] Não	
86. Iteratividade	II
[1] Sim	
[2] Não	
87. Apresentação Pélvica	
[1] Sim	
[2] Não	
88. Gemelaridade	
[1] Sim	
[2] Não	
89. HIV [1] Sim	
[2] Não	
90. Herpes genital ativo	II
[1] Sim	
[2] Não	
91. Placenta prévia	
[1] Sim	
£ 3	l I

02 Outro indicação? (deservier)	1
92. Outra indicação? (descrever)	
93. Momento da indicação da cesariana	
[1] Antes da internação (eletiva)	
[2] Na admissão (emergência obstétrica/foi	
direto para sala cesárea)	
[3] Durante o trabalho de parto	
Intercorrências no Centro Obstétrico	
94. Atonia uterina	
[1] Sim	
[2] Não	
95. Retenção placentária	
[1] Sim	
[2] Não	
96. Hemorragia	
[1] Sim	
[2] Não	
97. Restos placentários	
[1] Sim	
[2] Não	
98. Náusea	
[1] Sim	
[2] Não	
99. Vômito	
[1] Sim	
[2] Não	
100. Depressão respiratória	
[1] Sim	
[2] Não	
101. Hipotensão	''
[1] Sim	
[2] Não	
102. Outra intercorrência (descrever)	
103. Procedimentos pós-parto	
[1] Não houve nenhum procedimento pós-parto	
[2] histerectomia	
104. Outro procedimento pós-parto	
105. Após o parto foi para	1 1
[1] UIO	
[2] CTI	
Só para quem teve parto fórceps	
[77] Não se aplica	<u>,                                      </u>
106. Qual foi a indicação?	
Alívio	
[1] Sim	
[2] Não	
107. Distócia de rotação	
[1] Sim	
[2] Não	<u> </u>
108. Parada da progressão fetal	
[1] Sim	
[2] Não	
	•

109. Cesariana anterior	
[1] Sim	
[2] Não	
110. Cicatriz uterina prévia	
[1] Sim	
[2] Não	
111 0 01 0 . 1	
111. Sofrimento fetal	
[1] Sim	
[2] Não	
113. Outra indicação? (descrever)	
114. Períneo íntegro?	
[1] Sim	
[2] Não	
115. Realizado episiotomia?	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (períneo íntegro)	
116. Houve laceração? (de qualquer grau)	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (períneo íntegro)	
Intercorrências no Centro Obstétrico	
117. Atonia uterina	
[1] Sim	
[2] Não	
118. Retenção placentária	
[1] Sim	
[2] Não	
119. Hemorragia	
[1] Sim	
[2] Não	
120. Restos placentários	
[1] Sim	
[2] Não	
121. Náusea	
[1] Sim	
[2] Não 122. Vômito	
[1] Sim	
[2] Não	
123. Depressão respiratória	
[1] Sim	
[2] Não	
124. Hipotensão [1] Sim	
[2] Não	
125. Outra intercorrência (descrever)	
125. Outra intercontenera (deserever)	
	I .

126. Procedimentos pós-parto	
[1] Não houve nenhum procedimento pós-parto	
[2] curagem/curetagem	
[3] histerectomia	
127. Após o parto foi para	
[1] UIO	
[2] CTI	
Dados do recém-nascido (RN único/1º geme	elar)
	·
128. Peso do bebê ao nascer (em gramas)	
[99] Não registrado	'
129. Idade gestacional (Capurro realizado pela	semanas     dias
Enfermeira)	
* Registrar  99  semanas  99  dias (quando não tiver a	
informação)	1 1.
130. Calcular a idade Gestacional em dias *Cálculo da IG dias = [(nº semanas X 7) + nº dias]	dias
* Registrar 7777 (quando não tiver USG)	
131. Classificação do recém-nascido	
[1] AIG	
[2] PIG	
[3] GIG	
[99] Não registrado	
132. Apgar 1° minuto	
[99] Não registrado	·
133. Apgar 5° minuto	
[99] Não registrado	·
134. Grupo sanguíneo (para mãe do grupo sanguíneo	
0)	
[1] A	
[2] B	
[3] AB	
[4] O	
[77] Não se aplica	
135. Fator Rh (para mãe com Fator Rh –)	
[1] Positivo	
F01.31	

120. I eso do bebe do flascer (em gramas)	
[99] Não registrado	
129. Idade gestacional (Capurro realizado pela	semanas    dias
Enfermeira)   * Registrar  99  semanas  99  dias (quando não tiver a	
informação)	
130. Calcular a idade Gestacional em dias	dias
*Cálculo da IG dias = [(nº semanas X 7) + nº dias]	
* Registrar 7777 (quando não tiver USG)	
131. Classificação do recém-nascido	
[1] AIG	
[2] PIG	
[3] GIG	
[99] Não registrado	
132. Apgar 1° minuto	
[99] Não registrado	
133. Apgar 5° minuto	
[99] Não registrado	
134. Grupo sanguíneo (para mãe do grupo sanguíneo	
0)	
[1] A	
[2] B	
[3] AB	
[4] O	
[77] Não se aplica	
135. Fator Rh (para mãe com Fator Rh –)	
[1] Positivo	
[2] Negativo	
[77] Não se aplica	
136. Recém-nascido com malformação	
[1] Sim	
[2] Não (quando não tem nada registrado)	
137. Após nascimento, o recém-nascido foi	
encaminhado para	
[1] Unidade de internação obstétrica - UIO	
[2] Unidade de neonatologia - UNEO	
Motivo da transferência do CO para UNEO	
138. Desconforto respiratório	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)	
[99] Não registrado	

120 T.C. ~	l ,       ,
139. Infecção	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)	
[99] Não registrado	
[55] 1440 108184440	
140. Hipoglicemia	
2 7	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)	
[99] Não registrado	
141. Investigação de sepse neonatal	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)	
[99] Não registrado	
142. Sífilis congênita	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	
[99] Não registrado	
143. Outro motivo da transferência do CO para	
UNEO (descrever)	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)	
144. O RN necessitou ser transferido da UIO	
para UNEO	
[1] Sim	
[2] Não	
Motivo da transferência da UIO para UNEO	
145. Desconforto respiratório	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
146. Infecção	
•	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
147. Hipoglicemia	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
148. Investigação de sepse neonatal	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
149. Icterícia	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
150. Outro motivo da transferência da UIO para	
UNEO (descrever)	
[77] Não se aplica	
[//] Mao se apnea	

151. Intercorrências na UIO (não necessitou	
transferência)	
[1] Não apresentou intercorrência	
[2] Hipoglicemia	
[3] Taquipnéia	
[4] Hipertermia	
152. Outro motivo da transferência da UIO para	
UNEO (descrever)	
153. Alta hospitalar com a mãe	
[1] Sim	
[2] Não	
154. Motivo de ter ficado internado:	
[77] Não se aplica (não ficou internado)	
Dados do recém-nascido (2º gemelar)	

[77] Não se aplica

	[//] Nao se aplica	
Ī	128a. Peso do bebê ao nascer (em gramas)	
L	[99] Não registrado	
l	129a. Idade gestacional (Capurro realizado pela	semanas    dias
l	Enfermeira)	
l	* Registrar  99  semanas  99  dias (quando não tiver a	
ŀ	informação) 130a. Calcular a idade Gestacional em dias	dias
l	*Cálculo da IG dias = [(nº semanas X 7) + nº dias]	
l	* Registrar 7777 (quando não tiver USG)	
ſ	131a. Classificação do recém-nascido	
l	[1] AIG	
l	[2] PIG	
l	[3] GIG	
l	[99] Não registrado	
ſ	132a. Apgar 1° minuto	
L	[99] Não registrado	
ſ	133a. Apgar 5° minuto	
L	[99] Não registrado	
ſ	134a. Grupo sanguíneo (para mãe do grupo	
l	sanguíneo O)	
l	[1] A	
l	[2] B	
l	[3] AB	
l	[4] O	
L	[77] Não se aplica	
l	135a. Fator Rh (para mãe com Fator Rh –)	
l	[1] Positivo	
l	[2] Negativo	
L	[77] Não se aplica	
l	136a. Recém-nascido com malformação	
l	[1] Sim	
ļ	[2] Não (quando não tem nada registrado)	
١	137a. Após nascimento, o recém-nascido foi	
١	encaminhado para	
١	[1] Unidade de internação obstétrica - UIO	
١	[2] Unidade de neonatologia - UNEO	

Motivo da transferência do CO para UNEO	
138a. Desconforto respiratório	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	
[99] Não registrado	
139a. Infecção	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	I
[99] Não registrado	
140a. Hipoglicemia	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	
[99] Não registrado	
141a. Investigação de sepse neonatal	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	
[99] Não registrado	
142a. Sífilis congênita	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (bebê não foi para UNEO)	
[99] Não registrado	
143a. Outro motivo da transferência do CO para UNEO (descrever)	
[77] Não se aplica (bebê não foi para U NEO)  144a. O RN necessitou ser transferido da UIO	
para UNEO	
[1] Sim [2] Não	
Motivo da transferência da UIO para UNEO	
145a. Desconforto respiratório	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
146a. Infecção	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
147a. Hipoglicemia	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica	
148a. Investigação de sepse neonatal	
[1] Sim	
[2] Não	II
[77] Não se aplica	
149a. Icterícia	
[1] Sim	
[2] Não	II
[77] Não se aplica	

150a. Outro motivo da transferência da UIO para	UNEO (descrever)
[77] Não se aplica	
151a. Intercorrências na UIO (não necessitou	
transferência)	
[1] Não apresentou intercorrência	
[2] Hipoglicemia	
[3] Taquipnéia	
[4] Hipertermia	
152a. Outro motivo da transferência da UIO para	UNFO (descrever)
153a. Alta hospitalar com a mãe	
[1] Sim	
[2] Não	
154a. Motivo de ter ficado internado:	
[77] Não se aplica (não ficou internado)	
Dados da puérpera	
• •	
155. Apresentou alguma intercorrência no pós-	
parto na UIO?	
[1] Não apresentou qualquer intercorrência	
(nenhum registro de intercorrência)	
[2] Hemorragia	
[4] Infecção	
[5] Hipertensão	
[6] Prurido	
[7] Vômito	
[8] Naúsea	
[9] Hipotensão	
[10] Tontura	
[11] Cefaléia pós-punção	
156. Outra intercorrência	
Necessitou de transferência da UIO para:	
157. CTI	
[1] Sim	
[2] Não	
158. CO (foi fazer algum procedimento e depois	
retornou para UIO)	
[1] Sim	
[2] Não	
159. CO (foi fazer algum procedimento e depois	
foi para CTI)	
[1] Sim	
[2] Não	
INEODMAÇÕES ORT	IDAS COM A PUÉRPERA
IINFORIVIAÇÕES OBTI	IDAS CUIVI A FUERFERA
Dados da puérpera	
160. Idade (em anos completos)	
161. Cor da pele (auto-denominada):	<del>  </del> 
[1] Branca	
[2] Preta	
[3] Parda/morena/mulata	

[4] Amarelo	
[5] Indígena	
162. Escolaridade (série/anos completo)	
[0] Sem escolaridade (menos de um ano)	
Ensino Fundamental Ensino Médio Superior	
[1] 1° série [5] 5° série [9] 1° série [12] 1° ano	
[2] 2° série [6] 6° série [10] 2° série [13] 2° ano	
[3] 3° série [7] 7° série [11] 3° série [14] 3° ano	
[4] 4° série [8] 8° série [15] 4° ano	
[16] 5° ano	
163. Situação marital:	
[1] Não tem companheiro	
[2] tem companheiro	
164. Ocupação:	
165. Ocupação remunerada:	
[1] Sim	
[2] Não	
[77] Não se aplica (não tem nenhuma ocupação ou é	
do lar)	
166. Qual a renda familiar em número de	
salários mínimos	
(1 salário mínimo = R\$ 678,00)	
Hábitos na gestação	
Habitus na gestação	
167 11 1 11 1 21 1	T
167. Usou bebida alcoólica durante a gravidez?	
[1] Sim	
[2] Não	
168. Se Sim, qual a frequência na semana?	
[77] Não se aplica	
169. Fumou durante a gravidez?	
[1] Sim	
[2] Não	
170. Se sim, qual o número de cigarros dia?	
[77] Não se aplica	
171. Fez uso de drogas durante a gravidez?	
[1] Sim	
[2] Não	
172. Qual droga?	
[77] Não se aplica	
173. Qual a frequência na semana?	
[77] Não se aplica	
Informações do pré-natal	
in of magoes do pre matar	
Histório notalógico abstátrico DDECDESSA	História natalógica abstátrica ATUAI
História patológica obstétrica PREGRESSA	História patológica obstétrica ATUAL
176. Ameaça de parto	176a. Ameaça de parto
prematuro	prematuro
[1] Sim	[1] Sim
[2] Não	[2] Não

177. Ameaça de		177a. Ameaça de	
aborto		aborto	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
178. Ameaça de parto		178a. Ameaça de parto	
prematuro		prematuro	II
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
179. Ameaça de		179a. Ameaça de	
aborto		aborto	II
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
180. Amniorexe		180a. Amniorexe	
prematura		prematura	II
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
181. Cerclagem		181a. Cerclagem	
uterina		uterina	·— <del>—</del> ,
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
182. Descolamento		182a. Descolamento	
prematuro de placenta		prematuro de placenta	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
183. Diabetes		183a. Diabetes	
gestacional		gestacional	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
184. Estreptococo B		184a. Estreptococo B	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
185. Gemelaridade		185a. Gemelaridade	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
186. HIV/AIDS		186a. HIV/AIDS	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
187. Infecção urinária		187a. Infecção urinária	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
188. Oligoâmnio		188a. Oligoâmnio	
[1] Sim	'	[1] Sim	''
[2] Não		[2] Não	
189. Placenta prévia		189. Placenta prévia	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
190. Polidrâmnio		190a. Polidrâmnio	
[1] Sim		[1] Sim	· <del></del> .
[2] Não		[2] Não	

191. Restrição de		191a. Restrição de	
crescimento		crescimento	
intrauterino		intrauterino	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
192. Sífilis		192a. Sífilis	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
193. Síndromes		193a. Síndromes	
hipertensivas		hipertensivas	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
194. Trabalho de parto		194a. Trabalho de	
prematuro		parto prematuro	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
195. Hiperemese		195a. Hiperemese	
gravídica		gravídica	
[1] Sim		[1] Sim	
[2] Não		[2] Não	
196. Outro:	196a. Outro:		
Conhecimento da puérpera acerca dos tipos de parto			

197. Qual tipo de parto você desejava?	
[1] Normal	
[2] Cesariana	
[3] Fórceps	
[88] Não soube informar	
198. Qual o motivo pela preferência por este tipo	de parto?
199. Participou da decisão sobre o tipo de parto	
atual?	
[1] Sim	
[2] Não	
[88] Não soube informar	
200. Sabe se existem riscos para você	
relacionados ao tipo de parto o qual foi	
submetida?	
[1] Sim, tem riscos	
[2] Acho que não tem riscos	
[88] Não soube informar (não sabe se tem riscos)	
201. Se sim, quais os riscos?	
202. Sabe se existem riscos para seu bebê	
relacionado ao tipo de parto o qual foi	
submetida?	
[1] Sim, tem riscos	
[2] Acho que não tem riscos	
[88] Não soube informar (não sabe se tem riscos)	
203. Se sim, quais os riscos?	
[77] Não se aplica	

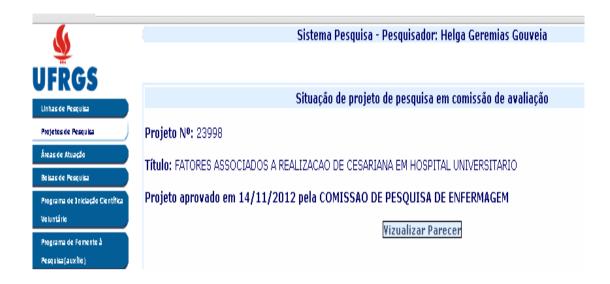
## Só para quem teve cesariana ou fórceps

[77] Não se aplica	
204. Se cesariana/fórceps. Foi informada sobre	
a indicação?	<del> </del>
[1] Sim	
[2] Não	
[88] Não soube informar	
	,
Só para quem teve cesariana	
[77] Não se aplica	
205. Em que momento foi decidido que seu	
parto seria cesariana?	
[1] No pré-natal	
[2] Durante internação como gestante	
[3] No pré-parto	
[4] Já na sala de parto	
Qual foi o motivo da cesariana?	
206. Você queria fazer cesárea	
[1] Sim	
[2] Não	
207. Você queria ligar as trompas	
[1] Sim	
[2] Não	
208. O bebê tinha circular de cordão (enrolado no	
cordão)	
[1] Sim	
[2] Não 209. Você já tinha uma cesárea anterior	
[1] Sim	
[1] Silli [2] Não	
210. Você já tinha duas ou mais cesáreas	1 1
anteriores	
[1] Sim	
[2] Não	
211. O bebê estava sentado	
[1] Sim	
[2] Não	
212. O bebê estava atravessado	
[1] Sim	
[2] Não	
213. O bebê era grande/ não tinha passagem/não	
teve dilatação/ bebê não desceu / não encaixou	
[1] Sim	
[2] Não	
214. Havia pouco líquido amniótico/ placenta	
velha	
[1] Sim	
[2] Não	
215. Você não queria sentir a dor do parto	
normal	
[1] Sim	
[2] Não	

216 01-12	
216. O bebê estava crescendo pouco ou parou	
de crescer	
[1] Sim	
[2] Não	
217. O bebê entrou em sofrimento	
[1] Sim	
[2] Não	
218. Passou da hora/do tempo	
[1] Sim	
[2] Não	
219. A bolsa rompeu	1 1
[1] Sim	
[2] Não	
220. Grávida de gêmeos (dois ou mais)	
[1] Sim	
[2] Não	
221. Pressão alta	
[1] Sim	
[2] Não	
222. Hemorragia	
[1] Sim	
[2] Não	
223. Diabetes	
[1] Sim	''
[2] Não	
224. Medo de falta de vaga para internação	
[1] Sim	
[2] Não	
225. Medo da violência na cidade	
[1] Sim	
[2] Não	
226. Pós-maturidade (o bebê passou do tempo)	
[1] Sim	
[2] Não	
227. Morte fetal	
[1] Sim	
[2] Não	
235. Cirurgia ginecológica prévia (plástica	
perineal, miomectomia)	
[1] Sim	
[2] Não	
228. Placenta baixa (prévia)	
[1] Sim	
[2] Não	
229. Falha de indução/ a indução não funcionou	
7	
[1] Sim	
[2] Não	
230. Outro motivo? (descrever)	
Informações sobre o período pós-parto - po	ıerpério
231. Teve dor no pós-parto?	
[1] Sim	
[2] Não	
[2] 1140	

232. Qual intensidade (classificar de zero a 10)	
233. Depois do parto teve dificuldade para	
levantar do leito?	
[1] Sim	
[2] Não	
234. Depois do parto teve dificuldade para	
andar?	
[1] Sim	
[2] Não	
235. Depois do parto teve dificuldade para	
amamentar?	
[1] Nenhuma dificuldade para amamentar	
[2] Sim, bebê não pegou o peito	
[3] Sim, não conseguia posicionar o bebê	
[4] Sim, não conseguia me posicionar bem, pois	
tinha dor	
[5] Sim, em função dos meus mamilos	
236. Outras dificuldades?	
237. Você acha que sua recuperação após o	
parto foi:	
[1] Rápida	
[2] Lenta	
[3] Dentro do esperado	
[88] Não soube informar	

### ANEXO B – Parecer da Comissão de Pesquisa de Enfermagem



## ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre



#### HCPA - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE GRUPO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

#### COMISSÃO CIENTÍFICA

A Comissão Científica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre analisou o projeto:

Projeto: 120466

Data da Versão do Projeto:

#### Pesquisadores:

HELGA GEREMIAS GOUVEIA
ANNELISE DE CARVALHO GONCALVES
SARA OLIVEIRA PINHEIRO
BRUNA ALIBIO MORAES
JULIANA MANERA SARAIVA
JESSICA KASPER FERNANDES
FERNANDA PIRES WEBSTER

Título: FATORES ASSOCIADOS À REALIZAÇÃO DE CESARIANA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos, metodológicos, logisticos e financeiros para ser realizado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Esta aprovação está baseada nos pareceres dos respectivos Comitês de Ética e do Serviço de Gestão em Pesquisa.

- Os pesquisadores vinculados ao projeto n\u00e3o participaram de qualquer etapa do processo de avali\u00e7\u00e3o de seus projetos.
- O pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais de acompanhamento e relatório final ao Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação (GPPG)

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2013.

Prof. Flávio Kapczinski Coordenador GPPG/HCPA

#### ANEXO D – Termo de Consentimento de Uso de Dados

#### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE DADOS DE PESQUISA

Eu, Profa. Dra. Helga Geremias Gouveia, coordenadora da pesquisa "Fatores associados à realização de cesariana em um hospital universitário", aprovado na Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto alegre, autorizo Rafaella da Silva Calegari, acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem da UFRGS, a utilizar banco de dados do referido no que se refere às variáveis descritas nesse projeto.

### ANEXO E - Parecer da Comissão de Pesquisa de Enfermagem

